

ITAÚSA



Demonstrações Contábeis Completas

30 de Junho de 2014

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a junho de 2014**

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a junho de 2014, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As demonstrações contábeis foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers, contam com o relatório dos auditores independentes sem ressalva e com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) DESTAQUES**Itaúsa**

Na Assembleia Geral de 28/04/14 foi aprovada bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 4,5 bilhões. O custo unitário atribuído às ações bonificadas é de R\$ 8,101295339 por ação, independentemente da espécie.

O Conselho de Administração da Itaúsa homologou, em 25/04/14, o aumento de capital social no montante de R\$ 525 milhões. As ações subscritas no aumento do capital social também fizeram jus à bonificação de 10% em ações.

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 11/08/2014, pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,082 por ação (R\$ 0,0697 por ação líquidos de IR na fonte), por conta do dividendo obrigatório do exercício de 2014. O JCP será pago em 25/08/2014 com base na posição acionária final do dia 13/08/2014.

A Itaúsa foi novamente listada dentre os 200 maiores grupos brasileiros na Edição Especial da Revista Exame 2014.

Itaú Unibanco Holding

Em abril de 2014, o Itaú Unibanco celebrou acordo de unificação dos negócios de crédito consignado com o BMG e seus controladores, e em 25 de julho de 2014 foram celebrados os documentos definitivos tratando dessa unificação, por meio dos quais:

- os negócios do crédito consignado passaram a ser concentrados no Banco Itaú BMG Consignado S.A.;
- houve a elevação da participação societária do BMG no capital social total e votante do Itaú BMG Consignado de 30% para 40%;
- o Itaú BMG Consignado passou a ser o principal veículo do BMG e de seus controladores para a oferta, no Brasil, de créditos consignados.

Por meio dessa unificação, em conjunto com as operações próprias, o Itaú Unibanco atingirá a liderança entre os bancos privados em crédito consignado, consolidando a estratégia de operar com ativos de menor risco e rentabilidade atraente.

A unificação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e pelo BACEN. Os atos societários referentes à operação, após sua realização, serão submetidos à homologação do BACEN.

Em julho de 2014, o Itaú Unibanco anunciou a assinatura de “Contrato de Compra e Venda de Ações” com a ACE Ina International Holdings, Ltd. para a alienação da operação de seguros de grandes riscos, na qual a ACE pagará R\$ 1,515 bilhão em espécie.

Em 31 de dezembro de 2013, a operação de seguros de grandes riscos a ser alienada à ACE compreendia:

- Patrimônio Líquido de R\$ 364 milhões;
- Ativos de R\$ 5,8 bilhões;
- Provisões Técnicas de R\$ 4,6 bilhões; e
- 323 funcionários.

Essa alienação está associada à estratégia de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário. Estima-se que a operação tenha um efeito contábil no lucro do Itaú Unibanco, antes de impostos, de R\$ 1,1 bilhão. A conclusão ocorrerá após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato e a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Também em julho, o Itaú Unibanco assinou novo Acordo de Acionistas da TecBan, sendo que os bancos signatários substituirão, em até 4 anos, parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (TAA) por equipamentos da Rede Banco 24Horas, geridos pela TecBan.

Essa operação gerará aumento de eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento aos clientes. A entrada em vigor do Acordo de Acionistas está sujeita à aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Duratex

A Duratex tem pautado seu investimento visando a sustentação de longo prazo de suas operações. No segundo trimestre, os investimentos da Companhia se deram na manutenção das operações, na nova linha de laminação de Uberaba e na aquisição de equipamentos de colheita voltados à área florestal dentre outros, totalizando R\$ 94,9 milhões. No acumulado do semestre, os investimentos foram de R\$ 366,8 milhões, com destaque para a aquisição de participação na Tablemac e das florestas da Caxuana S.A. em Minas Gerais.

Elekeiroz

O investimento total no período foi de R\$ 22,1 milhões, com destaque para o início dos projetos de interligação e adaptação da unidade de gases industriais, cujos ativos foram adquiridos junto a Air Products, ao complexo da empresa em Camaçari.

Itautec

Reposicionamento Estratégico

Em continuidade ao processo de Reposicionamento Estratégico da Companhia, que inclui a desativação paulatina da Unidade de Computação, foram entregues, durante o segundo trimestre de 2014, 10,7 mil equipamentos entre desktops, notebooks e servidores, cumprindo assim o atendimento aos contratos nos segmentos corporativo e governo firmados em períodos anteriores. Adicionalmente, a Itautec continuou honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer prejuízo a seus clientes.

2) AMBIENTE ECONÔMICO

No primeiro semestre do ano, os EUA enfrentaram uma atípica combinação de crescimento fraco do PIB e forte criação de emprego. Acreditamos que o desempenho do mercado de trabalho seja mais representativo da força da economia americana, mas o PIB aquém das expectativas inibiu uma alta significativa dos juros de longo prazo. Na zona do euro, a atividade econômica está se recuperando moderadamente e o Banco Central Europeu adotou novas medidas de expansão monetária. O crescimento da China continua se estabilizando estimando-se permanecer em níveis próximos a 7,0%.

No cenário doméstico, a atividade econômica voltou a apresentar-se abaixo do esperado com redução da confiança de consumidores e da indústria. A taxa de câmbio iniciou o ano negociada próxima a R\$ 2,39/US\$. Devido à volta dos fluxos de capital para os mercados emergentes e ao programa de vendas de swaps do BACEN, o câmbio apreciou para cerca de R\$ 2,21/US\$.

A inflação medida pelo IPCA acumulou variação de 3,75% no primeiro semestre, acima dos 3,15% registrados no mesmo período do ano passado. Com este resultado, a taxa em 12 meses do IPCA atingiu 6,52% em junho, ultrapassando o teto da meta.

Frente à desaceleração da atividade econômica, o BACEN interrompeu o ciclo de aumento da taxa Selic, que alcançou 11% em abril, e indicou um cenário de juros estáveis à frente.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente de janeiro a junho de 2014 foi de R\$ 3.367 milhões – crescimento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 19,7%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 3.438 milhões com rentabilidade de 20,1%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro Líquido	3.438	2.397	140	165	3.578	2.562
Lucro Líquido Recorrente	3.367	2.708	122	181	3.489	2.889
Patrimônio Líquido	35.546	31.257	2.947	2.747	38.493	34.004
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	20,1%	15,7%	9,6%	12,2%	19,3%	15,5%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	19,7%	17,8%	8,4%	13,4%	18,8%	17,4%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	30/06/2014	30/06/2013	Evolução (%)
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,57	0,41	39,4%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,56	0,46	20,8%
Valor Patrimonial da Controladora	5,82	5,19	12,1%
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,13	0,09	40,9%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	8,64	7,45	16,0%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	52.756	44.805	17,7%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 28 de abril de 2014.

DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE POR ÁREA

Como holding pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes.

Resultado da Equivalência Patrimonial (REP) por Áreas	01/01 a 30/06/2014	%	01/01 a 30/06/2013	%	Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	3.466	98,7%	2.653	96,7%	30,6%
Área Industrial	44	1,3%	91	3,3%	-51,6%
Duratex	68	1,9%	99	3,6%	-31,3%
Elekeiroz	(3)	-0,1%	4	0,1%	-175,0%
Itautec	(21)	-0,6%	(12)	-0,4%	75,0%
Outros	1	0,0%	-	0,0%	-
Total REP Recorrente	3.511	100,0%	2.744	100,0%	28,0%
Resultado Próprio da Itaúsa Líquido de Impostos	(144)		(36)		
Lucro Líquido Recorrente	3.367		2.708		24,3%
Resultado não Recorrente	71		(311)		
Lucro Líquido	3.438		2.397		43,4%

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Lucro Líquido	3.438	2.397	140	165	3.578	2.562
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	(71)	311	(18)	16	(89)	327
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	43	93	-	-	43	93
Movimentação de Ações em Tesouraria	(25)	26	-	-	(25)	26
Provisões - Ações Cíveis	27	29	-	-	27	29
Cofins/ Provisão para Perdas sobre Prejuízo Fiscal - Porto Seguro	21	-	-	-	21	-
Amortização de Ágio Credicard	32	-	-	-	32	-
Ganho Fiscal na Tese de Alargamento da Base de Cálculo de PIS e COFINS - IRB	(12)	-	-	-	(12)	-
Realização PPA Itaú Unibanco x RedeCard	-	38	-	-	-	38
Decorrentes de Participação Acionária nas demais empresas controladas ⁽¹⁾	(114)	218	(18)	16	(132)	234
Duratex	(9)	1	(16)	2	(25)	3
Elekeiroz	-	(16)	-	(1)	-	(17)
Itautec	(105)	238	(2)	15	(107)	253
Itaúsa Empreendimentos	-	(5)	-	-	-	(5)
Lucro Líquido Recorrente	3.367	2.708	122	181	3.489	2.889

(1) Informações adicionais sobre os eventos não recorrentes das demais empresas do conglomerado estão disponíveis no ITS (Informações Trimestrais Seleccionadas).

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽⁵⁾	Elekeiroz	Itautec ^{(5) (6)}	
Ativos Totais	2014	1.039.731	8.607	695	388	44.401
	2013	969.069	7.898	699	798	39.351
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2014	73.591	1.887	463	79	5.811
	2013	54.683	1.837	476	296	4.881
Lucro Líquido	2014	9.317	220	(3)	(14)	3.578
	2013	7.230	280	21	(274)	2.562
Patrimônio Líquido	2014	88.250	4.504	494	133	38.493
	2013	77.736	4.203	497	269	34.004
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2014	22,1%	9,9%	-1,4%	-19,5%	19,3%
	2013	19,1%	13,5%	8,5%	-121,0%	15,5%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2014	41.328	501	13	(47)	708
	2013	24.917	654	30	(123)	340

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Itautec e Elekeiroz: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez'13 + mar + jun) / 3).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

3.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,78% detida pela Itaúsa direta e indiretamente.

Resultados

O lucro líquido do primeiro semestre de 2014 atribuível aos acionistas controladores foi 28,9% superior ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 9,3 bilhões, o Itaú Unibanco atingiu uma rentabilidade anualizada de 22,1% sobre o patrimônio líquido médio (19,1% em 2013). Em 2014, o lucro líquido recorrente acumulado alcançou R\$ 9,5 bilhões, um crescimento de 30,0% em relação ao mesmo período de 2013, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 22,5%.

Contribuíram para a evolução do resultado apresentado, os crescimentos de 14,9% das receitas de juros e rendimentos líquidas das despesas e de 17,7% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias em relação ao mesmo período de 2013. Entre janeiro e junho de 2014, o resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e comercialização cresceu 1,6% em comparação com o primeiro semestre de 2013.

No comparativo entre os primeiros semestres de 2014 e 2013, as perdas com créditos e sinistros foram praticamente estáveis, com redução de 0,8% - refletindo a estratégia de priorização por carteiras de menor risco – enquanto que as despesas gerais e administrativas cresceram 9,4%, mesmo com a aquisição da empresa Credicard no final do ano de 2013.

Ativos

O total de ativos consolidados ultrapassou R\$ 1,0 trilhão, com crescimento de 7,3% nos últimos 12 meses, enquanto que o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 88,3 bilhões, com crescimento de 13,5% na comparação com o final do primeiro semestre de 2013.

Carteira de Crédito

Em 30 de junho de 2014 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 488,0 bilhões, com crescimento de 9,5% em relação ao final do primeiro semestre de 2013. Ao se considerar os riscos de crédito tomados na modalidade de títulos privados, essa evolução atingiu 10,8%. Desconsiderando-se o efeito da variação cambial, os crescimentos da carteira de crédito total teriam sido de 11,8% em 12 meses e 2,4% no ano de 2014.

Carteira de crédito	R\$ milhões				
	30/06/14	31/12/13	30/06/13	jun/14- dez/13	jun/14- jun/13
Pessoas físicas	172.428	167.946	153.980	2,7%	12,0%
Cartão de crédito	53.191	53.149	41.594	0,1%	27,9%
Crédito pessoal	28.581	27.149	27.434	5,3%	4,2%
Crédito consignado	29.886	22.571	18.442	32,4%	62,1%
Veículos	34.249	40.584	45.674	-15,6%	-25,0%
Crédito imobiliário	26.521	24.492	20.836	8,3%	27,3%
Pessoas jurídicas	278.924	275.827	257.400	1,1%	8,4%
Grandes empresas	196.065	190.373	170.994	3,0%	14,7%
Micro, pequenas e médias empresas	82.859	85.454	86.406	-3,0%	-4,1%
América Latina (*)	36.610	39.091	34.359	-6,3%	6,6%
Total com avais e fianças	487.962	482.864	445.739	1,1%	9,5%
Grandes empresas - títulos privados (**)	30.801	26.482	22.400	16,3%	37,5%
Total com avais, fianças e títulos privados	518.763	509.346	468.139	1,8%	10,8%
Total com avais, fianças e títulos privados (ex-variação cambial)	518.763	506.524	464.139	2,4%	11,8%

(*) Inclui Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

(**) Inclui debêntures, CRI e *commercial paper*.

Pessoas Físicas – No Brasil, a Carteira de Crédito para **Pessoas Físicas** alcançou R\$ 172,4 bilhões em 30 de junho de 2014, crescimento de 12,0% em relação ao mesmo período de 2013. O saldo da carteira de crédito do Itaú Unibanco ao final de junho de 2014 reflete a estratégia do Itaú Unibanco de priorização por carteiras de menor risco. Destaques:

- O Itaú Unibanco é líder no segmento de **cartão de crédito** no Brasil em faturamento. O valor transacionado em compras com cartões de débito e crédito atingiu R\$ 145,6 bilhões no primeiro semestre de 2014, o que representou acréscimo de 22,6% em relação ao mesmo período de 2013. O saldo da carteira de crédito alcançou R\$ 53,2 bilhões, aumentando 27,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à aquisição da Credicard. Desde o seu lançamento em agosto de 2012, o Itaúcard 2.0, cartão de crédito pioneiro no mercado brasileiro e que introduziu no país a prática internacional de cálculo de juros, já possui mais de 4,0 milhões de cartões emitidos.
- Em 30 de junho de 2014, o saldo da carteira de **crédito pessoal** alcançou R\$ 28,6 bilhões, um aumento de 4,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- O Itaú Unibanco é líder na originação de **crédito consignado** entre os bancos privados brasileiros. O saldo da carteira de crédito atingiu R\$ 29,9 bilhões, crescimento de 62,1% em relação a 30 de junho de 2013, atingindo 6,1% do total de crédito do banco, incluído avais e fianças.

- O saldo da carteira de crédito de veículos alcançou R\$ 34,2 bilhões, redução de 25,0% em relação ao mesmo período do ano anterior e o loan to value (relação entre o valor do empréstimo e o valor do bem) médio foi de 74,6% no primeiro semestre de 2014.
- O Itaú Unibanco também é líder no **financiamento de imóveis** para pessoa física entre os bancos privados brasileiros. A oferta de crédito é realizada pela rede de agências, incorporadoras e imobiliárias, bem como por meio de parcerias. O volume de contratações de financiamentos para mutuários foi de R\$ 4,4 bilhões, e R\$ 2,5 bilhões para empresários segundo a ABECIP (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança). Nesse mesmo período, houve o lançamento do Seguro Parcela Imóvel, que garante aos mutuários o pagamento de até quatro prestações no caso de perda de emprego involuntário.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a Carteira de Crédito com avais e fianças para **Pessoas Jurídicas**, atingiu R\$ 278,9 bilhões em 30 de junho de 2014, apresentando crescimento de 8,4% ao mesmo período de 2013.

- Realizada pelo banco de atacado, a carteira é composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados e garantias, com excelente nível de qualidade, onde 94,4% dos créditos estão classificados nos níveis de risco "AA", "A" e "B".
- No período de janeiro a junho destacam-se as operações em moeda nacional que tiveram crescimento de 23,6%, quando comparadas ao mesmo período de 2013, e operações de recursos direcionados que tiveram um crescimento de 13,0% em comparação a igual período do ano anterior.
- O Itaú Unibanco manteve uma posição de destaque na CETIP, com foco nas operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e commodities junto aos clientes do banco.
- O saldo da carteira de crédito de Micro, Pequenas e Médias Empresa atingiu R\$ 82,9 bilhões em 30 de junho de 2014. Em 2014, o Itaú Unibanco focou na revisão e simplificação da oferta de produtos para esse segmento. Como exemplo, a Conta Certa, além de possuir mais serviços, possibilita aos clientes personalizarem as quantidades de boletos, DOC's, TED's, custódia de cheques, entre outros, de acordo a sua necessidade.
- Em julho de 2014, o Itaú Unibanco captou US\$ 480 milhões no mercado internacional para o financiamento de pequenas e médias empresas localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Do montante total, US\$ 400 milhões foram levantados junto ao Overseas Private Investment Corporation (OPIC), banco de desenvolvimento do governo norte-americano e representa o maior desembolso desta instituição para um projeto financeiro na América Latina. O valor restante, de US\$ 80 milhões, foi obtido junto ao banco norte-americano Wells Fargo Bank NA. A captação terá prazo máximo de pagamento de seis anos.

A carteira de crédito dos outros países da **América Latina (Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai)** apresentou crescimento de 6,6% em relação a junho de 2013, o menor crescimento deve-se a grande desvalorização de moedas latino-americanas em relação ao real. Sem considerar o efeito do câmbio para o real, a variação da carteira no período foi de 19,4%.

O segmento pessoa física apresentou aumento de 12,8% (24,5% em moeda corrente), com destaque para o aumento de 11,2% (22,0% em moeda corrente) na carteira do Chile com relação a igual período do ano passado. O segmento pessoa jurídica aumentou 3,3% (16,7% em moeda corrente), com destaque para as carteiras no Chile e Uruguai, que evoluíram 3,8% (13,9% em moeda corrente) e 12,9% (27,8% em moeda corrente), respectivamente.

Inadimplência

Em linha com a política de redução de risco na concessão de crédito, o índice de inadimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 3,4% ao final do primeiro semestre de 2014, apresentando redução de 0,8 p.p. em relação a 30 de junho de 2013. Esse indicador apresentou o menor índice desde a associação entre Itaú e Unibanco, ocorrida em 2008, influenciado principalmente pela mudança do perfil de crédito da carteira. Esse indicador atingiu 5,2% para carteira de clientes pessoas físicas e 1,8% para pessoas jurídicas ao final de junho de 2014, recuando 1,2 p.p. e 0,7 p.p. respectivamente em relação ao mesmo período do ano anterior.

Serviços

- **Gestão de Ativos:** em junho de 2014 o Itaú Unibanco atingiu R\$ 379,9 bilhões em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 14,8% do mercado.
- **Serviços de Custódia:** no mercado de custódia, o Itaú Unibanco somou R\$ 947,2 bilhões de ativos, segundo o ranking ANBIMA, em junho de 2014, e atuou como Escriturador de 431 emissões em junho de 2014.
- **Seguros, Previdência e Capitalização:** a evolução dos prêmios ganhos de seguros foi de 4,2% em relação ao primeiro semestre de 2013, atingindo R\$ 3,0 bilhões (não incluindo a participação na Porto Seguro, da qual o Itaú Unibanco detém 30% de seu capital). As provisões técnicas de seguros atingiram R\$ 10,0 bilhões em 30 de junho de 2014. A captação total dos planos de previdência totalizou R\$ 8,2 bilhões no primeiro semestre de 2014, queda de 17,1% quando comparado ao primeiro semestre de 2013 e as provisões técnicas cresceram 12,0% no mesmo período, somando R\$ 95,4 bilhões ao final do semestre. Em capitalização, os títulos vigentes apresentaram aumento de 4,3% em 2014 em relação ao primeiro semestre de 2013.
- **Meios de Pagamentos Eletrônicos (REDE):** no primeiro semestre de 2014 o faturamento total de débito e crédito atingiu R\$ 166,0 bilhões aumento de 10,5% em relação ao mesmo período de 2013. O Itaú Unibanco encerrou o período com 1,7 milhão de equipamentos, crescimento de 21,7% em relação ao ano anterior.
- **Banco de Investimentos:** destaque entre janeiro e junho de 2014 para operação de Fusões e Aquisições, que prestou assessoria financeira a 34 transações, totalizando US\$ 8,9 bilhões. Na renda fixa, participou em operações de debêntures, notas promissórias e securitizações que totalizaram R\$ 10,7 bilhões no período de janeiro a junho deste ano. Nas emissões internacionais de renda fixa, o Itaú Unibanco atuou como *joint bookrunners* em ofertas que totalizaram US\$ 6,4 bilhões até junho de 2014.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,55 trilhão em 30 de junho de 2014, com crescimento de 5,7% quando comparado ao mesmo período de 2013.

Solidez do Capital

Visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório (PR) foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelo índice de Basileia.

Ao final de junho de 2014 o índice de Basileia atingiu 16,0%, sendo composto de 11,5% de Capital Principal e 4,5% de Capital Nível II, composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos, e dívidas subordinadas. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas.

O montante das dívidas subordinadas que integram o Nível II do capital regulatório alcançou R\$ 53,9 bilhões em 30 de junho de 2014, comparado a R\$ 53,4 bilhões em 30 de junho de 2013.

3.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida totalizou R\$ 1.887 milhões no primeiro semestre de 2014, o que equivale a uma expansão de 2,7% em relação a igual período de 2013. Esse crescimento ocorreu em ambas as divisões, sendo de 2,5% na divisão Madeira e de 3,2% na divisão Deca.

Esse resultado ainda reflete: na divisão Madeira - evolução anual nos volumes expedidos de 1,5% e expansão da receita líquida unitária de 1,0%; na divisão Deca - redução de 1,3% nos volumes expedidos e expansão de 4,6% da receita líquida unitária.

O EBITDA do semestre, de acordo com metodologia definida pela Instrução CVM nº 527/12, totalizou R\$ 621 milhões, com margem de 32,9%. Contribuiu para esse resultado evento de natureza extraordinária atrelado ao resultado, de R\$ 46 milhões, apurado na venda de 5,6 mil hectares de terras dados como parte do pagamento pela aquisição das florestas da Caxuana S.A.. Desconsiderados os eventos de caráter extraordinários e não caixa, o resultado ajustado ficou em R\$ 448 milhões, equivalente a uma margem de 23,7%, inferior ao resultado apresentado no mesmo período do ano anterior.

Este desempenho se justifica pelo fraco desempenho dos volumes expedidos e descontos na base de preços de painéis, a partir de junho, seguido de maiores custos associados à entrada em operação das novas plantas de Itapetinga e Queimados e respectivos custos associados, sem contrapartida do aumento das vendas. Adicionalmente, houve pressão de custos pelo consumo de insumos adquiridos no primeiro trimestre, a um câmbio e preços em dólar desfavoráveis, além da pressão inflacionária nos custos em reais, principalmente na mão de obra via dissídios anuais. Conseqüentemente em função do reduzido ritmo de consumo de atividade econômica, foram realizados ajustes no quadro funcional que representaram entre provisionamentos e rescisões aproximadamente R\$ 7,7 milhões.

O lucro líquido no período alcançou R\$ 220 milhões e o lucro líquido recorrente foi de R\$ 190 milhões.

Elekeiroz

A receita líquida no primeiro semestre de 2014 alcançou R\$ 462,6 milhões, queda de 3% sobre o mesmo período de 2013. O mercado interno, responsável por 85% das vendas, apresentou queda de 4% enquanto as exportações cresceram 8%.

O custo dos produtos vendidos somou R\$ 441,2 milhões, alta de 4% em relação a 2013, em decorrência, sobretudo, de aumento nos preços das principais matérias-primas.

O lucro bruto acumulado do semestre foi de R\$ 21,3 milhões, queda de 60% em relação ao mesmo período do ano anterior. No período, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 3,4 milhões, em 2013 o lucro foi de R\$ 20,6 milhões.

O EBITDA no primeiro semestre foi de R\$ 11,1 milhões, queda de 74% sobre o mesmo período do ano anterior.

Endividamento: em 30 de junho de 2014 a dívida líquida correspondeu a 13% do patrimônio líquido e a 2,9 vezes o EBITDA anualizado. Nesse mesmo período do ano anterior correspondia a 10% do patrimônio e a 0,5 vez o EBITDA.

Itautec

A receita líquida consolidada do primeiro semestre de 2014 foi de R\$ 78,5 milhões.

O lucro bruto acumulado do semestre foi negativo em R\$ 7,7 milhões, resultado da queda da rentabilidade do segmento de Computação, em razão da desativação paulatina da Unidade, o que ocasionou significativa redução na cobertura de custos em função do menor volume produzido no período.

As despesas operacionais (comerciais, administrativas e de pesquisa e desenvolvimento) atingiram R\$ 25,6 milhões no primeiro semestre de 2014.

O resultado de equivalência patrimonial na OKI Brasil, relativa a participação acionária de 30%, foi negativo em R\$ 11,0 milhões.

No segundo trimestre de 2014 foi reconhecido o valor líquido de R\$ 20,0 milhões, referente à decisão favorável que pleiteava o crédito em ação declaratória cumulada com repetição de indébito, visando a declaração de inconstitucionalidade das Leis Nº 2.145/53 e Nº 7.690/88, que criaram a taxa de licenciamento de importação "Taxa CACEX". O precatório judicial referente a esse processo foi expedido em 27.06.2014.

Conforme reportado no primeiro trimestre de 2014, a Itautec reconheceu a receita de crédito de FINSOCIAL no valor de R\$ 10,3 milhões após decisão favorável e definitiva na esfera judicial.

Em razão dos fatores descritos acima, o resultado líquido do primeiro semestre foi um prejuízo de R\$ 14,0 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de junho de 2014 era de R\$ 61,9 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 98,6 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 36,8 milhões. No segundo trimestre de 2014, foi recebido da Oki Electric o montante de R\$ 54,0 milhões em função de parcela de ajuste de preço ocasionada pela posição de caixa e dívida e por variação nos saldos de ativos e passivos específicos. Os recursos foram utilizados, principalmente, na liquidação de financiamentos de importação de componentes.

4) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 107,6 mil colaboradores no final de junho de 2014, incluindo aproximadamente 7,6 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 6,0 bilhões no período.

5) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

Em linha com as iniciativas de orientação financeira e transparência, a comunicação do Seguros Itaú buscou incentivar a reflexão do cliente sobre a importância da proteção e aproximá-lo dos produtos de seguros com uma linguagem simples e amigável. A campanha, realizada no segundo trimestre de 2014, foi composta de inserções em mídia impressa e internet com conteúdos que desmistificam o ramo de seguros.

O Itaú Unibanco, a Fundação Itaú Social e o Instituto Unibanco são apoiadores do projeto para o ensino médio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A plataforma online de disseminação desse projeto foi apresentada na primeira edição da Semana Nacional de Educação Financeira, realizada de 5 a 9 de maio deste ano.

Newsweek's Green Rankings 2014 – em parceria com a Corporate Knights Capital, a Newsweek classificou as empresas mais sustentáveis do mundo. O Itaú Unibanco conquistou a 19ª posição na edição 2014, sendo a primeira companhia brasileira e a segunda instituição financeira do mundo a aparecer na lista.

Duratex

No semestre, a Companhia aplicou em ações direcionadas ao meio ambiente R\$ 15,9 milhões, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais e meio ambiente. Este valor corresponde a um aumento de 10,1% em relação ao investimento desta natureza realizado no mesmo período de 2013.

Com relação às contrapartidas sociais do BNDES, foram articuladas com o governo local das cidades de Cabo de Santo Agostinho/ PE, João Pessoa/PA e Queimados/RJ as implantações de 2 academias e 1 bicicletário em cada uma delas. Para o projeto “Biblioteca Comunitária Ler é Preciso” foram feitas articulações com o governo local nas cidades de Itapetininga/SP e Queimados/ RJ, as quais já assinaram o termo de parceria e receberam a mobilização comunitária, conforme previsto nas etapas de implantação.

Elekeiroz

Projeto Ler Ibama: a Elekeiroz patrocinou a confecção de gibis infantis cujo tema deste ano foi a importância dos animais viverem livres na natureza e como é feito o trabalho do IBAMA para proteção e conservação das espécies. Esses gibis foram distribuídos nas escolas dos municípios de Camaçari e Dias d'Ávila, na Bahia, e no município de Várzea Paulista, em São Paulo.

A empresa tem todas as suas linhas de produção certificadas pela ISO 9001, pratica o Programa de Atuação Responsável do *International Council of Chemical Association*, administrado no Brasil pela ABIQUIM, entidade associativa da qual ainda participa em diversas comissões visando o desenvolvimento e a evolução da indústria química no país.

6) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

No período o Itaú Unibanco recebeu relevantes reconhecimentos do mercado, com destaque para:

Melhores e Maiores – na 41ª edição dessa pesquisa da Revista Exame, que avalia dados dos maiores grupos do país, como patrimônio líquido e receita líquida (Demonstrações Financeiras de 2013), o Itaú Unibanco alcançou a primeira colocação entre os:

- 100 maiores bancos da América Latina, em patrimônio;
- 200 maiores grupos empresariais do país, em receita líquida; e
- 50 maiores bancos do país, em patrimônio.

IR Magazine Awards Brazil 2014 – promovida pela IR Magazine e o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI), a premiação elege, através de uma pesquisa independente da Fundação Getúlio Vargas (FGV) com administradores de carteiras e analistas de investimentos, as empresas brasileiras com melhores práticas de Relações com Investidores. Neste ano, o Itaú Unibanco foi reconhecido em 7 categorias:

- *Grand Prix* de Melhor Programa de Relações com Investidores (*large cap*);
- Melhor Uso de Tecnologia (*large cap*);
- Melhor Teleconferência;
- Melhor Encontro com Investidores (*large cap*);
- Melhor Relatório Anual;
- Melhor Desempenho em Relações com Investidores no período 2005-2014 (*large cap*); e
- Melhor Relações com Investidores no Setor Financeiro.

Prêmio Apimec 2014 – em julho último, o Itaú Unibanco conquistou pela 6ª vez o prêmio Companhia Aberta - Categoria A concedido pela Apimec, referente ao ano de 2013. Esta premiação é destinada para as companhias que se destacam no relacionamento com o mercado, considerando transparência, tempestividade e qualidade.

Duratex

Um importante reconhecimento recebido no período foi a conquista do primeiro lugar da 20ª Edição do Prêmio de Mérito Ambiental, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com o projeto Gestão de Resíduos nas Unidades Deca. O projeto reúne várias ações que visam ao reaproveitamento de resíduos nas fábricas de louças e metais sanitários localizadas no Estado de São Paulo (capital e Jundiaí).

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2014, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 13 e 22 de janeiro e 14 de março - aquisição de materiais técnicos;
- 29 de janeiro – consultoria tributária;
- 10 de março – realização da implementação do software de gerenciamento de auditoria;
- 24 de março – consultoria em *benchmarking* de capital humano;
- 16 de maio – revisão de declarações de impostos;
- 13 de junho – revisão independente da aplicação do Framework “COSO 2013” de controles internos.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 11/08/2014).

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
PAULO SETUBAL
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

FLAVIO CÉSAR MAIA LUZ
HELENA KERR DO AMARAL
JOSÉ CARLOS DE BRITO E CUNHA
PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Conselheiros Suplentes respectivos

JOSÉ ROBERTO BRANT DE CARVALHO
FELÍCIO CINTRA DO PRADO JÚNIOR
LUCIANA MENEGASSI LEOCADIO SILVESTRINI
LUIZ ANTONIO CARELI
JOÃO COSTA

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

Contador

RICARDO JORGE PORTO DE SOUSA
CRC 1SP 185.916/O-8

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
DEMONSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
NILDEMAR SECCHES
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GERALDO TRAVAGLIA FILHO

Membros

ALKIMAR RIBEIRO MOURA
DIEGO FRESCO GUTIERREZ
LUIZ ALBERTO FIORE
MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA
SERGIO DARCY DA SILVA ALVES

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
EDUARDO MAZZILLI VASSIMON
RICARDO BALDIN

Diretores

ALEXSANDRO BROEDEL LOPES
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON MACEDO BORTOLOTO
MARCELO KOPEL
MATIAS GRANATA
RODRIGO LUIS ROSA COUTO
WAGNER BETTINI SANCHES

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
FRANCISCO AMAURI OLSEN
HELIO SEIBEL
HENRI PENCHAS
PAULO SETUBAL
RAUL CALFAT
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA

Vice-Presidente da Unidade de Negócios DECA

RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO

Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira

RENATO AGUIAR COELHO

Diretores

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
BRUNO BASILE ANTONACCIO
FLAVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOSÉ RICARDO PARAÍSO FERRAZ
MARIA JULIETA PINTO RODRIGUES NOGUEIRA
MARCO ANTONIO MILLEO
PAULO CESAR MARÓSTICA
RONEY ROTENBERG

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

HENRI PENCHAS
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
REINALDO RUBBI
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN

Diretor Vice-Presidente

GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR (*)

Diretora

RENATA MARTINS GOMES

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

CESAR SUAKI DOS SANTOS
HENRI PENCHAS
REINALDO RUBBI
RICARDO EGYDIO SETUBAL
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO DE MARCHI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
ELDER ANTONIO MARTINI

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.805	1.539
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4	67	86
Clientes	5	1.108	1.202
Outros Ativos Financeiros	6a	1.057	801
Estoques	7	822	736
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	31.843	29.950
Imobilizado, Líquido	9	4.113	3.832
Ativos Intangíveis, Líquidos	10	1.045	1.040
Ativos Biológicos	11	1.330	1.126
Ativos Fiscais		1.121	1.191
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		274	322
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12b	727	729
Outros		120	140
Outros Ativos	6a	90	76
Ativos de Operações Descontinuadas		-	350
TOTAL DO ATIVO		44.401	41.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A**Balço Patrimonial Consolidado***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	NOTA	30/06/2014	31/12/2013
Passivo			
Sociais e Estatutárias		989	1.067
Empréstimos e Financiamentos	13	2.801	2.649
Debêntures	14	117	115
Provisões	15	557	527
Obrigações Fiscais		699	699
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		9	15
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	570	519
Outras		120	165
Outros Passivos	6b	745	752
Passivos de Operações Descontinuadas		-	146
Total do Passivo		5.908	5.955
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	27.025	22.000
Ações em Tesouraria		(36)	-
Reservas	16c	9.316	12.006
Resultado Abrangente Acumulado		(759)	(875)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		35.546	33.131
Participações de Acionistas não Controladores		2.947	2.843
Total do Patrimônio Líquido		38.493	35.974
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.401	41.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada do Resultado

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Vendas de Produtos e Serviços		1.182	2.402	1.066	2.309
Custo dos Produtos e Serviços		(883)	(1.774)	(726)	(1.574)
Despesa com Vendas		(144)	(277)	(144)	(267)
Resultado Financeiro		(17)	(36)	(11)	(32)
Despesas Gerais e Administrativas	18	(70)	(137)	(58)	(138)
Outros Resultados Operacionais	19	17	183	(136)	(56)
Despesas Tributárias		(32)	(145)	(20)	(94)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 IIa	1.738	3.409	1.327	2.572
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.791	3.625	1.298	2.720
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12a	(5)	(32)	(40)	(91)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12b	8	(15)	(53)	1
Lucro Líquido de Operações em Continuidade		1.794	3.578	1.205	2.630
Operações Descontinuadas		-	-	(21)	(68)
LUCRO LÍQUIDO		1.794	3.578	1.184	2.562
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		1.757	3.438	1.115	2.397
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Não Controladores		37	140	69	165
LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	20				
Ordinárias		0,29	0,57	0,19	0,41
Preferenciais		0,29	0,57	0,19	0,41
Média ponderada da quantidade de ações em circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.351.281.774	2.335.682.588	2.277.756.698	2.267.983.529
Preferenciais		3.755.723.612	3.730.787.098	3.638.438.827	3.622.827.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
(Em milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
LUCRO LÍQUIDO	1.794	3.578	1.184	2.562
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	80	120	(472)	(743)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	77	110	(475)	(746)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)	3	10	3	3
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Subsidiárias	2	(4)	5	1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	2	(4)	5	1
Total do Resultado Abrangente	1.876	3.694	717	1.820
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Controladores	1.839	3.554	648	1.655
Resultado Abrangente Atribuível aos Acionistas não Controladores	37	140	69	165

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

(Em milhões de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Lucro Líquido Ajustado		245	708	143	340
Lucro líquido		1.794	3.578	1.184	2.562
Ajustes ao Lucro Líquido:		(1.549)	(2.870)	(1.041)	(2.222)
Juros sobre Debêntures		-	-	5	11
Juros sobre Notas Promissórias		-	-	-	3
Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas		65	122	38	91
Depreciação, Amortização e Exaustão	9, 10 e 11	167	311	94	239
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 lla	(1.738)	(3.409)	(1.327)	(2.572)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(19)	4	53	(1)
Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos		(69)	(124)	(34)	(77)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	1	(15)	(15)
Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado		-	(3)	-	1
Outros		45	228	145	98
Variações nos Ativos e Passivos		(11)	42	448	45
(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros		3	16	444	121
(Aumento) / Redução em Outros Ativos Financeiros		37	74	42	45
(Aumento) / Redução em Estoques		-	(24)	(10)	(71)
(Aumento) / Redução em Ativos Fiscais		5	10	49	42
(Aumento) / Redução em Outros Ativos Não Financeiros		321	515	487	595
Aumento / (Redução) em Obrigações Fiscais e Trabalhistas		(22)	(13)	55	45
Aumento / (Redução) em Outros Passivos Não Financeiros		(355)	(536)	(619)	(732)
Outros		(86)	(165)	(76)	(161)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(27)	(55)	(32)	(88)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(59)	(110)	(44)	(73)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais		148	585	515	224
Aquisição de Investimentos		-	(148)	-	(34)
Aquisição de Intangíveis	10	(10)	(11)	(2)	(5)
Alienação de Intangíveis	9	-	-	1	1
Aquisição de Imobilizado de Uso	9	(83)	(492)	(101)	(127)
Alienação de Imobilizado de Uso	9	1	49	1	1
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos		85	1.288	71	1.118
Ativos de Operações Descontinuadas		-	-	(5)	(5)
Outros		-	(16)	13	(22)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento		(7)	670	(22)	927
Subscrição de Ações		182	188	310	310
Ações em Tesouraria		(31)	(46)	(6)	(5)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos		(301)	(1.210)	(445)	(1.058)
Pagamento de Notas Promissórias		-	-	-	(210)
Ingresso de Empréstimos e Financiamentos		198	605	263	406
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(288)	(519)	(470)	(499)
Amortização de Debêntures		-	(7)	(210)	(383)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento		(240)	(989)	(558)	(1.439)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes		(99)	266	(65)	(288)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	1.904	1.539	1.159	1.382
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		-	-	1	-1
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	3	1.805	1.805	1.095	1.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.
Demonstração do Valor Adicionado Consolidada
(Em milhões de Reais)

	01/04 a		01/01 a		01/04 a		01/01 a	
	30/06/2014	%	30/06/2014	%	30/06/2013	%	30/06/2013	%
RECEITAS	1.220		2.617		1.110		2.374	
Vendas de Produtos e Serviços	1.182		2.402		1.066		2.309	
Outras Receitas	38		215		44		65	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(636)		(1.468)		(766)		(1.429)	
Custos dos Produtos e Serviços	(487)		(1.182)		(576)		(1.085)	
Materiais, Energia, Serviços Terceiros e Outros	(12)		(23)		(5)		(17)	
Outras	(137)		(263)		(185)		(327)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1)		(3)		(3)		(4)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(108)		(213)		(120)		(213)	
Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	(2)		(3)		1		(2)	
Viagens	(1)		(2)		(1)		(1)	
Legais e Judiciais	-		-		-		-	
Outras	(25)		(42)		(62)		(107)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	584		1.149		344		945	
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(240)		(311)		(52)		(197)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	344		838		292		748	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.800		3.529		1.370		2.678	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.738		3.409		1.327		2.572	
Receitas Financeiras	61		119		43		106	
Outras Receitas	1		1		-		-	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.144		4.367		1.662		3.426	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.144	100,00%	4.367	100,00%	1.662	100,00%	3.426	100,00%
Pessoal	235	10,96%	428	9,80%	286	17,21%	521	15,21%
Remuneração Direta	193		351		241		439	
Benefícios	31		56		33		58	
F.G.T.S.	11		21		12		24	
Impostos, Taxas e Contribuições	36	1,68%	205	4,69%	113	6,80%	199	5,81%
Federais	36		204		112		197	
Estaduais	-		1		1		1	
Municipais	-		-		-		1	
Remuneração de Capitais de Terceiros	79	3,69%	156	3,57%	79	4,75%	144	4,20%
Juros	78		155		75		139	
Aluguéis	1		1		4		5	
Remuneração de Capital Próprio	1.794	83,68%	3.578	81,93%	1.184	71,24%	2.562	74,78%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados	473		928		296		641	
Lucros Retidos do Período	1.284		2.510		819		1.756	
Participação dos Acionistas Não Controladores nos Lucros Retidos	37		140		69		165	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balço Patrimonial Individual***(Em milhões de Reais)*

ATIVO	NOTA	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e Equivalentes de Caixa		762	340
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		71	86
Outros Ativos Financeiros		678	450
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		598	373
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências		80	77
Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8	34.081	32.181
Imobilizado, Líquido		70	70
Ativos Intangíveis, Líquidos		460	460
Ativos Fiscais		773	841
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar		163	214
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		608	626
Outros Tributos a Compensar		2	1
Outros Ativos		4	4
TOTAL DO ATIVO		36.899	34.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**Balanco Patrimonial Individual***(Em milhões de Reais)*

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	30/06/2014	31/12/2013
Passivo			
Sociais e Estatutárias		936	941
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		933	936
Remuneração do Pessoal-Chave da Administração		3	5
Provisões		355	285
Obrigações Fiscais		59	72
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		1	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		5	4
Outras		53	68
Outros Passivos		3	3
Total do Passivo		1.353	1.301
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16a	27.025	22.000
Ações em Tesouraria		(36)	-
Reservas	16c	9.316	12.006
Resultado Abrangente Acumulado		(759)	(875)
Total do Patrimônio Líquido		35.546	33.131
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.899	34.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Resultado Individual

(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

	NOTA	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Resultado Financeiro		17	29	6	6
Outras Receitas Operacionais		3	6	2	4
Despesas Gerais e Administrativas		(8)	(16)	(14)	(23)
Outras Despesas Operacionais		-	-	(1)	(1)
Despesas Tributárias		(32)	(144)	(19)	(93)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	8 I	1.758	3.582	1.129	2.433
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.738	3.457	1.103	2.326
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(1)	(1)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		20	(18)	12	71
Lucro Líquido		1.757	3.438	1.115	2.397
Lucro Por Ação - Básico e Diluído	20				
Ordinárias		0,29	0,57	0,19	0,41
Preferenciais		0,29	0,57	0,19	0,41
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica e Diluída					
Ordinárias		2.351.281.774	2.335.682.588	2.277.756.698	2.267.983.529
Preferenciais		3.755.723.612	3.730.787.098	3.638.438.827	3.622.827.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Demonstração Resultado Abrangente Individual
(Em milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
LUCRO LÍQUIDO	1.757	3.438	1.115	2.397
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	80	120	(472)	(743)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Hedge e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	77	110	(475)	(746)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)	3	10	3	3
Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Subsidiárias	2	(4)	5	1
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	2	(4)	5	1
Total do Resultado Abrangente	1.839	3.554	648	1.655

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)

(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores					Resultado Abrangente			Total do Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total do Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas Integralizadas de Capital e de Lucros	Reservas a Integralizar	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Empresas não Consolidadas			
Saldo em 01/01/2013	16.500	-	10.215	2.408	610	-	-	294	30.027	2.647	32.674
Transações com os Acionistas	5.496	-	(4.670)	-	(610)	(641)	-	-	(425)	(65)	(490)
Subscrição de Ações	896	-	-	-	-	-	-	-	896	-	896
Aumento de Capital com Reservas	4.600	-	(4.600)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções	-	-	40	-	-	-	-	-	40	-	40
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(65)	(65)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(641)	-	-	(641)	-	(641)
Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrigatório Exercício Anterior	-	-	-	-	(610)	-	-	-	(610)	-	(610)
Reorganizações Societárias	-	-	(115)	-	-	-	-	-	(115)	-	(115)
Outros	-	-	5	-	-	-	-	-	5	-	5
Integralização de Reservas	-	-	2.408	(2.408)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	(26)	-	-	-	26	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	2.397	1	(743)	1.655	165	1.820
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	2.397	-	-	2.397	165	2.562
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	1	(743)	(742)	-	(742)
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	120	-	-	(120)	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	1.636	-	(1.636)	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2013	21.996	-	8.073	1.610	-	-	1	(423)	31.257	2.747	34.004
Mutações do Período	5.496	-	(2.142)	(798)	(610)	-	1	(717)	1.230	100	1.330
Saldo em 01/01/2014	22.000	-	8.127	3.262	617	-	3	(878)	33.131	2.843	35.974
Transações com os Acionistas	5.025	(36)	(4.583)	-	(617)	(928)	-	-	(1.139)	(36)	(1.175)
Subscrição de Ações	525	-	-	-	-	-	-	-	525	-	525
Ações em Tesouraria	-	(36)	-	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Aumento de Capital com Reservas	4.500	-	(4.500)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outorga de Opções	-	-	38	-	-	-	-	-	38	-	38
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(928)	-	-	(928)	-	(928)
Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrigatório Exercício Anterior	-	-	-	-	(617)	-	-	-	(617)	-	(617)
Reorganizações Societárias	-	-	(121)	-	-	-	-	-	(121)	-	(121)
Integralização de Reservas	-	-	3.262	(3.262)	-	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	3.438	(4)	120	3.554	140	3.694
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	3.438	-	-	3.438	140	3.578
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(4)	120	116	-	116
Destinações:											
Reserva Legal	-	-	172	-	-	(172)	-	-	-	-	-
Reservas a Integralizar	-	-	-	2.338	-	(2.338)	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2014	27.025	(36)	6.978	2.338	-	-	(1)	(758)	35.546	2.947	38.493
Mutações do Período	5.025	(36)	(1.149)	(924)	(617)	-	(4)	120	2.415	104	2.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual

(Em milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Lucro Líquido Ajustado	(21)	(125)	(21)	(92)
Lucro Líquido	1.757	3.438	1.115	2.397
Ajustes ao Lucro Líquido:	(1.778)	(3.563)	(1.136)	(2.489)
Juros sobre Debêntures	-	-	5	11
Juros sobre Notas Promissórias	-	-	-	3
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(1.758)	(3.582)	(1.129)	(2.433)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(20)	18	(12)	(71)
Depreciação e Amortização	-	1	-	1
Variações nos Ativos e Passivos	29	156	21	104
(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros	(2)	16	5	21
Redução em Outros Ativos	333	529	601	796
Redução em Provisões e Demais Passivos	(302)	(389)	(585)	(713)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	8	31	-	12
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	89	1.344	74	1.155
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	89	1.344	74	1.155
Subscrições de Ações	182	188	310	310
Aquisição de Ações para Tesouraria	(31)	(36)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	(300)	(1.105)	(445)	(991)
Pagamento de Debêntures	-	-	(377)	(377)
Pagamento de Notas Promissórias	-	-	-	(210)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	(149)	(953)	(512)	(1.268)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(52)	422	(438)	(101)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	814	340	669	332
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	762	762	231	231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Demonstração do Valor Adicionado Individual

(Em milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2014	%	01/01 a 30/06/2014	%	01/04 a 30/06/2013	%	01/01 a 30/06/2013	%
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3)		(6)		(12)		(18)	
Serviços de Terceiros	(2)		(3)		(6)		(8)	
Outras	(1)		(3)		(6)		(10)	
Convênio de Rateio de Custo Comum	(1)		(2)		(4)		(6)	
Outras	-		(1)		(2)		(4)	
Valor Adicionado Bruto	(3)		(6)		(12)		(18)	
Depreciação e Amortização	-		(1)		-		(1)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(3)		(7)		(12)		(19)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.784		3.628		1.142		2.458	
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.758		3.582		1.129		2.433	
Receitas Financeiras	23		40		11		21	
Outras Receitas	3		6		2		4	
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.781	100,00%	3.621	100,00%	1.130	100,00%	2.439	100,00%
Distribuição do Valor Adicionado	1.781		3.621		1.130		2.439	
Pessoal	3	0,17%	6	0,17%	3	0,27%	5	0,21%
Remuneração Direta	3		6		3		5	
Impostos, Taxas e Contribuições	15	0,84%	166	4,58%	7	0,62%	22	0,90%
Federais	15		166		7		21	
Municipais	-		-		-		1	
Remuneração de Capitais de Terceiros - Despesas Financeiras	6	0,34%	11	0,30%	5	0,44%	15	0,62%
Remuneração do Capital Próprio	1.757	98,65%	3.438	94,95%	1.115	98,67%	2.397	98,28%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	473		928		296		641	
Lucros Retidos do Período	1.284		2.510		819		1.756	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
Em 30 de Junho de 2014
(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 23 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,21% das ações ordinárias e 17,04% das ações preferenciais, 34,05% do total.

Estas Demonstrações Contábeis intermediárias, Individuais e Consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 11 de agosto de 2014.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 – “Demonstração Intermediária”, com a opção de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas completas em vez das demonstrações contábeis consolidadas condensadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas ou controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de Junho de 2014

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014, com aplicação retrospectiva. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.
- Entidades para Investimentos – Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. Introduce uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Não foram renovados derivativos durante o período de aplicação da revisão.
- Alteração do IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e a metodologia de mensuração.
- IFRIC 21 Tributos: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não identificou impactos em suas informações contábeis intermediárias em decorrência desta revisão.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Em Novembro de 2009 o IASB emitiu a IFRS 9, introduzindo novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros. Em Outubro de 2010, o IASB alterou a norma incorporando os requerimentos para os passivos financeiros. Em Novembro de 2013, o IASB emitiu nova alteração, incorporando os requerimentos sobre *hedge accounting*. Em Fevereiro de 2014, o IASB decidiu exigir a aplicação obrigatória do pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados - a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Julho de 2014 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 30/06/2014 era de R\$ 727 (R\$ 729 em 31/12/2013).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 25.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 25.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 30/06/2014 era de R\$ 557 (R\$ 527 em 31/12/2013).

d) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta de Custos dos Produtos e Serviços no demonstrativo de resultado.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/06/2014	Porcentagem do capital em 30/06/2013
Área Financeira - Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,78%	36,80%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,53%	35,47%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	97,80%	94,01%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

II. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

III. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações contábeis de 30 de junho de 2014 não apresentam compensação entre ativos e passivos financeiros.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA avalia na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Itaúsa utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outras receitas operacionais", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

O CPC 19 – “Negócios em Conjunto”, define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outros Resultados Operacionais.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

I) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

m) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

n) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida, após a emissão, se com base na melhor estimativa concluímos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

o) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

p) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

q) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

r) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

s) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 23.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2014	31/12/2013
Disponibilidades	28	59
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	182	118
Certificado de Depósitos Bancários	807	1.022
Operações Compromissadas	784	340
Letra Financeira do Tesouro	4	-
Total	1.805	1.539

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

	30/06/2014	31/12/2013
Letra Financeira Subordinada	61	61
Letra Financeira do Tesouro	6	25
Total	67	86

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	30/06/2014	31/12/2013
Clientes no país	1.023	1.171
Clientes no exterior	127	71
<i>Impairment</i>	(42)	(40)
Total	1.108	1.202

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/06/2014	31/12/2013
A vencer	1.006	1.074
Vencidos até 30 dias	32	55
Vencidos de 31 a 60 dias	12	16
Vencidos de 61 a 90 dias	4	26
Vencidos de 91 a 180 dias	57	22
Vencidos há mais de 180 dias	39	49
Total	1.150	1.242

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS**a) Outros Ativos**

	30/06/2014	31/12/2013
Outros Ativos Financeiros	1.057	801
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	165	151
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	572	373
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	24	19
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 22)	170	182
Créditos com Precatório	88	65
Outros Valores a Receber	38	11
Outros Ativos Não Financeiros	90	76
Despesas Antecipadas	30	34
Outros	60	42

b) Outros Passivos

	30/06/2014	31/12/2013
Fornecedores	356	307
Sociedade em Conta de Participação	98	98
Fretes e Seguros a Pagar	3	13
Adiantamento de Clientes	36	24
Provisão para Pagamentos Diversos	13	72
Provisão de Pessoal	133	119
Rendas Antecipadas	89	104
Outros	17	15
Total	745	752

NOTA 7 - ESTOQUES

	30/06/2014	31/12/2013
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	292	288
Produtos Acabados	319	265
Produtos em elaboração	121	103
Almoxarifado Geral	102	94
Adiantamento a Fornecedores	7	8
Provisão para perdas nos estoques	(19)	(22)
Total	822	736

O custo dos estoques reconhecidos no resultado e incluídos em "Custo dos Produtos e Serviços" totalizou em 30 de junho de 2014 R\$ 1.774 (R\$ 1.574 em 30 de junho de 2013).

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Subsidiárias e Entidades Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em subsidiárias, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis e entidades controladas em conjunto:

Empresas	Saldos em 31/12/2013	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação (2)	Varição do Ajuste ao Valor de Mercado e Variação Cambial	Outros Resultados Abrangentes de Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	Outorga de Opções Reconhecidas	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 30/06/2014	Valor de Mercado (3)
Entidades Controladas em Conjunto	30.002	(1.663)	3.423	-	120	38	(121)	31.799	64.172
Itaú Unibanco Holding S.A.	16.490	(1.601)	2.511	-	63	20	(63)	17.420	64.172
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	13.512	(62)	912	-	57	18	(58)	14.379	-
Subsidiárias	2.179	(52)	159	(4)	-	-	-	2.282	2.559
Duratex S.A.	1.542	(46)	77	(4)	-	-	-	1.569	2.099
Elekeiroz S.A.	486	(6)	(3)	-	-	-	-	477	274
Itautec S.A.	46	-	84	-	-	-	-	130	186
Itaúsa Empreendimentos S.A.	104	-	1	-	-	-	-	105	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	-	-	1	-
Total Geral	32.181	(1.715)	3.582	(4)	120	38	(121)	34.081	66.731

(1) Em outros ativos financeiros, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Na Itautec, foi reconhecido no período o saldo acumulado do resultado não realizado, decorrente de operações de venda realizadas pela Itautec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para a empresa OKI Electric.

(3) Valor justo dos investimentos em controladas e entidades controladas em conjunto com base nas cotações de ações das empresas. No Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	75.000	88.250	9.317	1.071.022.909	93.291	(1) 36,78%	(2) 64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	7.430	21.612	1.371	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.868	4.437	219	235.621.037	-	35,53%	35,53%
Elekeiroz S.A.	321	494	(3)	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	272	133	(14)	10.953.371	-	97,80%	97,80%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	105	1	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	27	1	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

(1) Inclui participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,59% e indireta de 17,19%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 25,84% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A.

(2) Inclui participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detêm 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A.

II - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

	% de participação em 30/06/2014		30/06/2014			01/01 a 30/06/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,78	64,16	88.250	17.420	64.172	9.317	2.511
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	21.612	14.379	-	1.371	912
OKI Brasil	30,00	30,00	167	50	-	(37)	(11)
Outros	-	-	-	(6)	-	-	(3)
Total				31.843			3.409

	% de participação em 31/12/2013		31/12/2013			01/01 a 30/06/2013	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,87	64,16	83.233	16.332	57.863	7.230	1.804
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	20.308	13.512	-	1.152	767
Tablemac	37,00	37,00	328	121	-	2	1
Outros	-	-	-	(15)	-	-	-
Total				29.950			2.572

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Informações Financeiras (*)	30/06/2014	31/12/2013	01/01 a 30/06/2013
Ativo Circulante	648.171	645.581	-
Ativo Não Circulante	391.562	381.723	-
Passivo Circulante	618.367	621.134	-
Passivo Não Circulante	333.263	323.234	-
Receitas	81.337	-	58.077
Despesas	(72.029)	-	(50.826)

(*) Representado substancialmente pelo IUH - Itaú Unibanco Holding.

Os passivos financeiros correspondem a R\$ 477.976 circulante e R\$ 314.236 não circulante (R\$ 493.816 circulante e R\$ 306.762 não circulante em 31/12/2013).

As provisões de ações cíveis, trabalhistas e tributárias correspondem a R\$ 19.914 (R\$ 18.862 em 31/12/2013).

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Receita de Juros e Rendimentos	56.703	43.754
Despesa de Juros e Rendimentos	(29.495)	(20.084)
Lucro Líquido Antes do IR/CS	14.564	8.829
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.120)	(1.572)
Lucro Líquido	9.444	7.257
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	9.317	7.230
Outros Resultados Abrangentes	325	(2.014)
Resultado Abrangente Total	9.642	5.216

As despesas com depreciação e amortização totalizam R\$ 811 e R\$ 410 respectivamente (R\$ 754 e R\$ 402 em 30/06/2013).

Caixa e Equivalentes de Caixa - Itaú Unibanco Holding	30/06/2014	31/12/2013
Disponibilidades	20.605	16.576
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.396	18.599
Aplicações no Mercado Aberto	34.506	20.615
Total	74.507	55.790

Conciliação dos Investimentos	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Controlados em Conjunto						
Patrimônio Líquido em 01/01/2014 e 01/01/2013	83.223	75.902	20.308	18.369	-	-
Ganhos/(Perdas) do período	9.317	16.424	1.371	3.042	-	-
Outros Resultados Abrangentes	325	(3.248)	84	(834)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(4.624)	(4.976)	(93)	(151)	-	-
Reorganizações Societárias	(321)	(640)	(85)	(165)	-	-
Outras Movimentações no PL	330	(239)	27	47	-	-
Patrimônio Líquido em 30/06/2014 e 31/12/2013	88.250	83.223	21.612	20.308	-	-
Participação Societária	19,59%	19,64%	66,53%	66,53%	-	-
	17.288	16.341	14.379	13.512	31.667	29.853
Resultado Não Realizado	(13)	(173)	-	-	(13)	(173)
Dividendos Provisionados	3	-	-	-	3	-
Goodwill (Nota 21)	142	164	-	-	142	164
Total	17.420	16.332	14.379	13.512	31.799	29.844

NOTA 9 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 41639			Movimentações				Saldo em 41820		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Transferências	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	686	-	686	84	(45)	-	1	726	-	726
Construções e Benfeitorias	4	983	(386)	597	104	-	(18)	25	1.087	(379)	708
Equipamentos e Instalações	5 a 20	3.729	(1.650)	2.079	197	(3)	(136)	85	4.001	(1.779)	2.222
Móveis e Utensílios	10	46	(31)	15	3	-	(2)	1	50	(33)	17
Veículos	10	52	(45)	7	3	-	(2)	-	53	(45)	8
Imobilizado em Andamento	-	407	-	407	103	-	-	(111)	399	-	399
Outros (Processamento de Dados e Outros Ativos)	4 a 20	136	(95)	41	(2)	(1)	(4)	(1)	126	(93)	33
TOTAL IMOBILIZADO		6.039	(2.207)	3.832	492	(49)	(162)	-	6.442	(2.329)	4.113

NOTA 10 - ATIVOS INTANGÍVEIS

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	Saldo em 31/12/2013			Movimentações			Saldo em 30/06/2014		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20%	59	(38)	21	10	(7)	-	69	(45)	24
Marcas e Patentes	-	15	(1)	14	1	-	-	15	(1)	14
Ágio por Rentabilidade Futura	-	714	-	714	-	-	-	714	-	714
Carteira de Clientes	6,67%	396	(105)	291	-	(14)	15	412	(119)	293
TOTAL INTANGÍVEL		1.184	(144)	1.040	11	(21)	15	1.210	(165)	1.045

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duratex Florestal Ltda., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de junho de 2014, a Duratex Florestal Ltda. possuía aproximadamente 157,2 mil hectares em áreas de efetivo plantio (139,5 mil hectares em 31/12/2013) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 30 junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2014	31/12/2013
Custo de formação dos ativos biológicos	764	595
Diferencial entre o custo e o valor justo	566	531
Valor justo dos ativos biológicos	1.330	1.126

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/06/2014	31/12/2013
Saldo inicial	1.126	1.102
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	124	192
Exaustão	(89)	(218)
Variação do Valor Histórico		
Formação	201	132
Exaustão	(38)	(82)
Adiantamento para aquisição de florestas	6	-
Saldo final	1.330	1.126

	30/06/2014	31/12/2013
i) Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	35	(26)
Variação do Valor Justo	124	192
Exaustão do Valor Justo	(89)	(218)

i) O ajuste na variação do valor justo é decorrente dos preços de mercado, produtividade e volume colhido e aquisição de florestas no 1º trimestre de 2014 junto a Caxuana Ltda.

NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações em Continuidade	1.791	3.625	1.321	2.696
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social de Operações Descontinuadas	-	-	(44)	(44)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(609)	(1.233)	(435)	(902)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	612	1.186	342	812
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	591	1.159	452	875
Resultado de Investimentos no Exterior	2	5	(5)	(15)
Juros Sobre o Capital Próprio	-	37	15	26
Outras	19	(15)	(120)	(74)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	3	(47)	(93)	(90)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2014
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	294	-	5	299
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	1	4
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros	2	-	-	2
Derivativos				
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Provisões para Passivos Contingentes	142	(10)	43	175
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	119	(60)	18	77
Outros	27	(1)	2	28
Total do Ativo Fiscal Diferido	729	(71)	69	727
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(56)	1	-	(55)
Valor Presente de Financiamento	(7)	-	-	(7)
Resultado do Swap	(17)	15	-	(2)
Depreciação	(83)	-	(12)	(95)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(5)	-	-	(5)
Planos de Pensão	(4)	-	-	(4)
Venda de Imóvel	(6)	2	-	(4)
Outras Obrigações	(41)	7	(3)	(37)
Ajustes CPCs / IFRS	(300)	-	(61)	(361)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(519)	25	(76)	(570)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	210	(46)	(7)	157

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 30/06/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	30/06/2014	31/12/2013
Ativo Fiscal Diferido:	727	729
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	52	38
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	675	691
Passivo Fiscal Diferido	(570)	(519)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(570)	(519)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	157	210

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e Financiamentos	Encargos	30/06/2014			31/12/2013		
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDES	4,6% a 9,0% a.a	24	16	40	61	16	77
BNDES	TJLP + 1,10% a 4,32% a.a	215	478	693	224	556	780
BNDES	Selic + 2,16% a.a	-	3	3	-	3	3
Crédito Industrial e Bancário	101,2% a 103,3% CDI	45	149	194	274	184	458
Crédito Industrial e Bancário	12,7% a.a	55	-	55	7	53	60
Desconto NPR	5,50% a.a	14	-	14	8	-	8
FINAME	Pré 3,7% a 7,4% a.a	-	5	5	-	2	2
FINAME	TJLP + 2,3% a.a	4	33	37	2	34	36
FINEP	3,50% a 4,0% a.a	16	53	69	15	60	75
FUNDIEST	30% IGP-M a.m	23	120	143	17	124	141
FUNDOPEM	IPCA + 3,0% a.a	1	25	26	-	16	16
Nota de Crédito Rural e Exportação	104,8 a 105,3% CDI	65	468	533	68	56	124
Nota de Crédito Rural e Exportação	8,0 % a 9,60% a.a	72	165	237	68	155	223
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4,0% a.a / IPCA + 6,0% a.a	10	11	21	12	14	26
Vendor		-	-	-	1	-	1
Cessão de Crédito	9,38% a 12,01% a.a	16	-	16	20	-	20
Outros	Pré 1,3% a.m	-	-	-	10	-	10
Moeda Nacional		560	1.526	2.086	787	1.273	2.060
ACC - DESCONTO CAMBIAL	1,29% a.a	15	-	15	2	-	2
BNDES	Cesta de Moedas + 2,2% a 2,4% a.a	13	16	29	12	23	35
BNDES	US\$ + L + 1,60% a 2,10% a.a	2	2	4	1	3	4
BNDES	Variação Cambial + 1,65% a 2,16% a.a	3	9	12	4	10	14
Exterior	Libor + 0,92% a 1,61% a.a	33	-	33	93	-	93
Resolução 2770	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	-	-	-	2	-	2
Resolução 4131	US\$ + 1,60% a 2,12% a.a	2	233	235	-	108	108
Resolução 4131	US\$ + L + 1,3% a 1,7% a.a	-	331	331	1	330	331
Outros		10	46	56	-	-	-
Moeda Estrangeira		78	637	715	115	474	589
Total		638	2.163	2.801	902	1.747	2.649

Prazo de Vencimento	30/06/2014	31/12/2013
2014	-	895
2015	706	365
2016	391	134
2017	334	203
2018	233	74
2019	158	56
2020	317	9
2021	13	11
Demais	11	-
Total	2.163	1.747

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- a) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- b) Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

Abaixo apresentamos as debêntures na Itaúsa Consolidado:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	3	114	117	6	109	115

NOTA 15 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos, contribuições e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/06/2014	31/12/2013
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	116	111
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	11	11
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	12	11
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	7	5
PIS e COFINS	4	3
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	11	10
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	17	17
Taxa Cacex ⁽¹⁾	-	21
Outros	15	16
Total	193	205

(1) Em 27 de junho de 2014 foi confirmada decisão favorável que transitara em julgado em 21 de novembro de 2007 que pleiteava o crédito em ação declaratória cumulada com repetição de indébito, visando a declaração da inconstitucionalidade das Leis 2.145/52 e 7.690/88. O crédito por precatório judicial totalizou R\$ 22, que reduzido dos custos de honorários advocatícios no total de R\$ 2, gerou um resultado positivo de R\$. 20 na rubrica de Outros Resultados Operacionais (Nota 19).

b) Provisões:

- **Tributárias:** As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2013	435	71	21	527
Atualização Monetária	17	9	1	27
Constituição	72	10	1	83
Reversão	(44)	(12)	(1)	(57)
Pagamentos	(2)	(9)	(1)	(12)
Saldo Final	478	69	21	568
(-) Depósitos Judiciais	(4)	(7)	-	(11)
Saldo em 30/06/2014 após a compensação dos Depósitos Judiciais	474	62	21	557

As principais discussões relativas às provisões tributárias são descritas a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 332: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.
- IRPJ e CSLL – Plano Verão – R\$ 61: Pleiteamos o reconhecimento do direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial relativo ao exercício de 1989 por meio de aplicação integral do IPC (índice bruto) de 70,28% ou o diferencial de 51,83%.

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de junho de 2014, esses processos totalizavam R\$ 678 para causas tributárias, R\$ 17 para causas trabalhistas e R\$ 5 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 224: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 222: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 62: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 44: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 27: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 18: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

Conforme Ata Sumária da Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 25/04/2014 foi deliberado Aumento do Capital Social no montante de R\$ 525, mediante emissão de 84.000.000 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 32.340.304 ordinárias e 51.659.696 preferenciais, com integralização em dinheiro ou em créditos originários de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 28/04/2014, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Aumento do capital social em R\$ 4.500, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 366 da Reserva Legal, R\$ 1.312 da Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.742 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 1.080 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 555.466.725 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 213.856.700 ordinárias e 341.610.025 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 02/05/2014;

Após subscrição e capitalização de reservas, o Capital Social foi elevado para R\$ 27.025, representado por 6.110.133.986 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.352.423.707 ordinárias e 3.757.710.279 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2013 e em 30 de Junho de 2014:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2013	239.937.149	383.270.365	623.207.514	5.500
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.600
Bonificação de 10% em Ações	186.628.955	298.117.019	484.745.974	-
Subscrição de Ações	53.308.194	85.153.346	138.461.540	900
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Residentes no País	2.105.824.193	2.195.206.548	4.301.030.741	17.296
Residentes no Exterior	402.510	1.169.234.010	1.169.636.520	4.704
Em Circulação em 31/12/2013	2.106.226.703	3.364.440.558	5.470.667.261	22.000
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 30/06/2014	246.197.004	393.269.721	639.466.725	5.025
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.500
Bonificação de 10% em Ações	213.856.700	341.610.025	555.466.725	-
Subscrição de Ações	32.340.304	51.659.696	84.000.000	525
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2014	2.352.423.707	3.757.710.279	6.110.133.986	22.000
Residentes no País	2.351.108.469	2.409.368.518	4.760.476.987	17.293
Residentes no Exterior	1.315.238	1.348.341.761	1.349.656.999	4.707
Ações em Tesouraria em 30/06/2014 (*)	(1.767.400)	(2.320.000)	(4.087.400)	-
Em Circulação em 30/06/2014	2.350.656.307	3.755.390.279	6.106.046.586	27.025

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, adquiridas ao custo médio unitário de R\$ 8,83.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

	<i>(Em milhões de Reais)</i>	
Lucro Líquido	3.438	
(-) Reserva Legal	(172)	
Base de Cálculo do Dividendo	3.266	
Dividendo Mínimo Obrigatório	816	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionado	928	(112)	816
Dividendos	184	-	184
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/07/2014	92	-	92
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/10/2014	92	-	92
Juros sobre o Capital Próprio	744	(112)	632
1 parcela de R\$ 0,082 por ação a ser pago em 25/08/2014	501	(75)	426
Complementar de R\$ 0,040 por ação a ser declarado	243	(37)	206
Total em 30/06/2014 - R\$ 0,1337 líquido por ação	928	(112)	816
Total em 30/06/2013 - R\$ 0,0949 líquido por ação (*)	641	(72)	569

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	30/06/2014	31/12/2013
Reservas de Lucros	8.865	10.976
Legal	926	1.120
Estatutárias	7.939	9.856
Equalização de Dividendos	1.801	2.066
Reforço do Capital de Giro	2.578	3.852
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.560	3.938
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	617
Outras Reservas	451	413
Total das Reservas na Controladora	9.316	12.006

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2013	1.120	10.473	413	12.006
Constituição de Reservas	172	2.338	-	2.510
Aumento de Capital com Reservas	(366)	(4.134)	-	(4.500)
Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	-	(617)	-	(617)
Reorganizações Societárias	-	(121)	-	(121)
Opções Outorgadas Reconhecidas	-	-	38	38
Saldo em 30/06/2014	926	7.939	451	9.316

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES**Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.849
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,10 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
					Dez/13	Jun/14			2007 a 2011	2012	2013	2014	
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	53.740	59.113	11,42	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.445.154	1.552.710	10,36	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.512.330	1.626.603	8,47	19	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	830.467	898.639	4,64	9	8	1	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.420.779	1.501.170	8,21	9	5	2	2	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.859.377	2.045.298	5,11	9	1	3	3	1	1
09/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.287.309	1.411.122	5,69	7	-	1	2	1	2
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.498.804	1.648.673	6,54	9	-	-	2	1	6
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	-	2.163.532	4,48	9	-	-	-	1	8
Soma	18.695.608				9.907.960	12.906.860		97	59	7	9	4	17
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								93	57⁽¹⁾	7⁽²⁾	8⁽³⁾	4⁽⁴⁾	17⁽⁵⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado no 1º semestre de 2014.

(5) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos

(*) Contempla bonificação de ações de 10% conforme AGO/E de 22/04/2014.

Em 30 de Junho de 2014 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaotec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaotec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Itaotec.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Itaotec.

O preço de exercício fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaotec nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções.

A critério do Comitê era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos. As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Premissas

Data da Outorga	Plano 2004	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	112.655	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	44,70	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	23,55	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/05	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/14	31/12/16
Volatilidade	64%	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	24,9%	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 30 de Junho de 2014 o preço de mercado das ações era de R\$ 16,99 (R\$ 26,89 em 31 de dezembro de 2013) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 18 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Despesas de Pessoal	(46)	(89)	(59)	(106)
Remuneração	(28)	(56)	(32)	(61)
Encargos	(7)	(15)	(11)	(18)
Benefícios Sociais	(5)	(9)	(12)	(15)
Treinamento	(1)	(2)	-	(1)
Participações de Empregados nos Lucros	(5)	(7)	(4)	(11)
Despesas Administrativas	(22)	(44)	5	(23)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1)	(3)	(2)	(4)
Serviços de Terceiros	(11)	(20)	(1)	(12)
Propaganda, Promoções e Publicidade	-	(1)	(2)	(3)
Transportes / Segurança / Materiais	(3)	(3)	(4)	(4)
Despesas de Viagem	(1)	(2)	-	(1)
Aluguel e Instalações	(1)	(4)	(4)	(7)
Convenio de rateio de custos comuns	(3)	(3)	(1)	(1)
Outros	(2)	(8)	19	9
Depreciação	(2)	(4)	(4)	(9)
Total	(70)	(137)	(58)	(138)

NOTA 19 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Reversão Provisões para Contingências	(6)	12	(6)	(15)
Resultado de Plano Benefício	1	1	45	47
Amortização de Carteira de Clientes	(8)	(15)	(6)	(13)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(9)	(14)	(17)	(22)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado (*)	10	171	(100)	(45)
Recuperação de Despesas	-	-	(44)	(12)
Ganho líquido com precatórios	20	20	-	-
Outros	9	8	(8)	4
Total	17	183	(136)	(56)

(*) Inclui o reconhecimento, no 1º tri/2014, do saldo acumulado do resultado não realizado decorrente de operações de venda realizadas pela Itautec para empresas do Conglomerado Itaúsa, no montante de R\$ 100, tendo em vista que o controle dos negócios de automação bancária, automação comercial e de prestação de serviços, passou para OKI Electric.

NOTA 20 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercício, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/04 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	01/04 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2013
Lucro Líquido de Operações em Continuidade	1.757	3.438	1.136	2.465
Lucro Líquido de Operações Descontinuadas	-	-	(21)	(68)
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(38)	(37)	(36)	(36)
Subtotal	1.719	3.401	1.079	2.361
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(24)	(23)	(23)	(23)
Subtotal	1.695	3.378	1.056	2.338
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	653	1.301	407	900
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.042	2.077	649	1.438
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	677	1.324	430	923
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.080	2.114	685	1.474
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.351.281.774	2.335.682.588	2.277.756.698	2.267.983.529
Ações Preferenciais	3.755.723.612	3.730.787.098	3.638.438.827	3.622.827.380
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações em Continuidade - R\$				
Ações Ordinárias	0,29	0,57	0,19	0,42
Ações Preferenciais	0,29	0,57	0,19	0,42
Lucro por Ação - Básico e Diluído de Operações Descontinuadas - R\$				
Ações Ordinárias	-	-	-	(0,01)
Ações Preferenciais	-	-	-	(0,01)

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

NOTA 21 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2013	Amortizações/ Realizações	30/06/2014
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente (*)	115	(28)	87
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	89	(8)	81
Outros	2	-	2
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	206	(36)	170
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	273	(36)	237
Passivo fiscal Diferido (IV)	(109)	14	(95)
Total ágio alocado (V = III + IV)	164	(22)	142
Agio - Goodwill	437	-	437

(*) Em 2013 foram realizados os valores relativos a Redecard.

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

NOTA 22 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de junho de 2014 com 9.852 participantes (10.262 em 31 de dezembro de 2013).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras. O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2014.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros ativos (Nota 6a) é de R\$ 123 (R\$ 122 em 31 de dezembro 2013). Foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 1 (-R\$ 1 em 30 de junho de 2013).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2014, o saldo registrado em Outros ativos (Nota 6a), correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD era de R\$ 47 (R\$ 60 em 31 de Dezembro 2013) a ser realizado em 20 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2014	30/06/2013
Taxa de Desconto	12,73% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	9,18 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	6,00 % a.a.	4,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

NOTA 23 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itautec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de junho de 2014 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/ri.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga), que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽⁵⁾	Elekeiroz	Itautec ^{(5) (6)}	
Ativos Totais	2014	1.039.731	8.607	695	388	44.401
	2013	969.069	7.898	699	798	39.351
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2014	73.591	1.887	463	79	5.811
	2013	54.683	1.837	476	296	4.881
Lucro Líquido	2014	9.317	220	(3)	(14)	3.578
	2013	7.230	280	21	(274)	2.562
Patrimônio Líquido	2014	88.250	4.504	494	133	38.493
	2013	77.736	4.203	497	269	34.004
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2014	22,1%	9,9%	-1,4%	-19,5%	19,3%
	2013	19,1%	13,5%	8,5%	-121,0%	15,5%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2014	41.328	501	13	(47)	708
	2013	24.917	654	30	(123)	340

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'13 + mar + jun) / 3).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(5) Na Duratex e Itautec os valores apresentados desconsideram as Receitas Operacionais classificadas no Resultado de Operações Descontinuadas.

(6) Em 2013, os Ativos Totais, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido incluem às Operações Descontinuadas.

NOTA 24 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaú Unibanco e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 8 II) – Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2014	31/12/2013	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Aplicações Financeiras	134	252	7	17
Itaú Unibanco S.A.	134	252	7	17
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	43	41	86	91
Itaú Unibanco S.A.	-	1	-	-
Partes Relacionadas Duratex	43	40	86	91
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	-	39
Itaú Unibanco S.A.	-	-	1	41
Itaú Seguros	-	-	(1)	(4)
Banco Itaú BBA	-	-	-	2
Total	177	293	93	147

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 2 de 01/01 a 30/06/2013) em função da utilização da estrutura comum.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/06/2014	31/12/2013
Duratex S.A.	499	522
Elekeiroz S.A.	78	84
Itautec S.A.	65	102
Total	642	708

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores são compostos conforme segue:

ITAÚSA	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Remuneração	3	2
Participações no Lucro	3	2
Total	6	4

DURATEX	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Remuneração	9	7
Participações no Lucro	5	7
Opções de Ações	4	4
Total	18	18

ITAUTEC	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Remuneração	3	6
Participações no Lucro	-	3
Total	3	9

ELEKEIROZ	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2013
Remuneração	3	5
Total	3	5

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos ao qual a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 883 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA.

a) Risco de Mercado**(i) Risco Cambial**

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (PTAX).
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência (nocial)	Valor Justo	Efeito acumulado	
	30/06/2014	30/06/2014	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	17	8	10	(2)
Posição Ativa	849	884	10	(2)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	574	573	9	(2)
Taxa Pré-Fixada	275	311	1	-
Posição Passiva	(832)	(876)	-	-
CDI	(832)	(876)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	28	8	-	(2)
Compromisso de Compra	28	8	-	(2)
Moeda Estrangeira (USD)	28	8	-	(2)

	Valor de Referência (nocial)	Valor Justo	Efeito acumulado	
	31/12/2013	31/12/2013	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	46	48	49	(2)
Posição Ativa	791	822	49	(2)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	483	488	49	(2)
Taxa Pré-Fixada	308	334	-	-
Posição Passiva	(745)	(774)	-	-
CDI	(745)	(774)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	45	1	2	-
Compromisso de Compra	45	1	2	-
Moeda Estrangeira (USD)	45	1	2	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/06/2014	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	643	1.091	1.177	11
Fornecedores e Outras Obrigações	263	101	-	-
Total	906	1.192	1.177	11

31/12/2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	928	1.244	604	10
Fornecedores e Outras Obrigações	355	126	-	-
Total	1.283	1.370	604	10

d) Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(4)	(13)	(22)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		4	13	22
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 Res. 4131)	Queda US\$	(21)	(202)	(383)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	21	202	383
	NDF (US\$)	Queda US\$	(1)	(8)	(15)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	2	5
	Swap (US\$)	Aumento US\$	17	13	9
	Swap (US\$)	Aumento CDI	(19)	(19)	(19)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira	US\$ / EUR	2	9	18
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(10)	(19)
		Aumento US\$		10	19
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	4	8
	(Aumento US\$)	-	(4)	(8)	
	Queda US\$	-	2	5	
	(Aumento US\$)	-	(2)	(5)	
Total			(1)	(3)	(2)

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

	30/06/2014	31/12/2013
Ativos: (1)	2.811	2.786
Caixa e Equivalentes de Caixa	917	1.100
Contas a Receber de Clientes	1.128	1.180
Dividendos/JCP	598	373
Depósitos Vinculados	38	28
Partes Relacionadas	43	40
Crédito com Precatórios	87	65
Passivos:	4.137	4.080
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2.918	2.765
Fornecedores / Outras Obrigações	210	305
Dividendos/JCP	1.006	1.015
Instrumentos Financeiros Derivativos (2)	3	(5)

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 I.

(2) Os instrumentos derivativos estão apresentados no quadro acima pelo valor líquido, ativo ou passivo, e referem-se em sua totalidade a instrumentos financeiros nível 2.

NOTA 26 – INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA.

NOTA 27 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Operação de Seguros de Grandes Riscos – ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou em 04/07/2014 “Contrato de Compra e Venda de Ações” com a ACE Ina International Holdings, Ltd. (“ACE”), por meio do qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias comprometem-se a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (“ISSC”).

A ISSC deterá as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após concluído o processo de cisão da Itaú Seguros S.A., cujos clientes são médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. As ações necessárias para concretizar o processo de cisão já estão em andamento.

Com base em dados proforma de 31 de dezembro de 2013, a operação de seguros de grandes riscos a ser transferida para a ISSC e posteriormente alienada à ACE compreendia: patrimônio líquido de R\$ 364 milhões, ativos de R\$ 5,8 bilhões e provisões técnicas de R\$ 4,6 bilhões.

A ACE pagará R\$ 1,515 bilhão em espécie ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias que alienarão as ações da ISSC, sendo que a transferência das ações e a liquidação financeira dessa operação ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato e a obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Estima-se que a operação tenha um efeito contábil, antes de impostos, de R\$ 1,1 bilhão no lucro do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que será refletido na ITAÚSA proporcionalmente à sua participação.

A alienação dessa operação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial individual da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (a "Companhia") em 30 de junho de 2014, e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e semestre findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Revisamos também o balanço patrimonial consolidado da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e o semestre findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre e o semestre findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre e o semestre findos nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

**Demonstrações intermediárias
do valor adicionado**

Revisamos também as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre e o semestre findos em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**, após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao 2º trimestre de 2014, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período. São Paulo (SP), 11 de agosto de 2014. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Flavio Cesar Maia Luz, Helena Kerr do Amaral, José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

HENRI PENCHAS
Diretor de Relações com Investidores